

Centrão consegue maioria para emendas

BRASÍLIA — O Centrão conseguiu assegurar ontem a preferência automática na votação em plenário para as emendas do grupo. Depois de um dia de intensa movimentação, as lideranças do Centrão encaminharam à Secretaria da Constituinte nove emendas, correspondentes aos títulos do projeto de Constituição, com o mínimo de 200 assinaturas, o que representa a maioria absoluta da Assembleia, em cada uma.

As emendas foram entregues no último momento do prazo, que terminou à meia-noite. Apesar de ter obtido o mínimo de 200 assinaturas para as emendas às 20h30m, o grupo preferiu aguardar o fim do prazo para receber as adesões que ainda chegavam. Segundo os líderes, a intenção é dar uma demonstração de força do grupo na Constituinte.

Houve uma desistência de última hora: o Senador Gerson Camata (PMDB-ES), que havia se comprome-

tido a assinar, acabou não comparecendo ao encontro marcado com o Deputado José Lins (PFL-CE) e foi dada baixa no seu nome como integrante do Centrão.

Às 21h, o título sobre o Sistema Tributário era o que havia recebido o menor número de assinaturas: 262. O que recebeu o maior número de adesões foi o Título I, Dos Princípios Fundamentais.

Além de garantir a preferência para votação das suas propostas em plenário — que, na prática, significa deslocar as discussões da Constituinte para a sua proposta, em detrimento do atual projeto —, o Centrão garantiu também a prerrogativa de apresentar emendas globais aos títulos. De acordo com o novo Regimento Interno, apenas as propostas subscritas pela maioria absoluta dos constituintes pode pretender alterar um título por inteiro.

Valeu tudo para juntar assinaturas

BRASÍLIA — Cerca de dez aviões, seis linhas telefônicas, uma frota de carros no trajeto aeroporto-Congresso e muita capacidade de persuasão foram alguns dos instrumentos usados pelo Centrão na busca das 200 assinaturas que garantem às emendas do grupo a preferência automática na votação em plenário.

Nas bases atuaram os líderes das associações comerciais e da UDR, acionados pelas lideranças do Centrão. No quartel-general do grupo, na Comissão de Minas e Energia da Câmara, os seis telefones não pararam um minuto sequer.

— Temos que nos unir para criar um Estado moderno. Não podemos continuar nessa rotina dos nossos antepassados — argumentava o Deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), ao telefone, pedindo — e conseguindo — a assinatura do Senador Raimundo Lira (PMDB-PB).

— Como? O Manoel Moreira ainda não assinou? — surpreendeu-se o Deputado José Geraldo (PMDB-MG).

— Cheguei, cheguei — dizia, agitada, Cecília Queiroz Campos, funcionária da Câmara, que sempre faz este trabalho de coleta de assinaturas: — Foi a Itabuna às 14h e já cheguei com a assinatura (do Deputado Fernando Gomes, PMDB-BA).

O Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), que articulou a viagem, não escondia a satisfação de incorporar ao Centrão mais um integrante do PMDB:

— É do PMDB — repetia, entusiasmado com os progressos do grupo.

O Centrão conseguiu também a assinatura do Senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE) e dos Deputados Sírio Sessim e Francisco Dornelles (PFL-RJ), que haviam dito que não assinariam a proposta do Centrão.

Um acordo com o "Grupo dos 32" sobre o conceito de empresa nacional valeu a assinatura do Senador Virgílio Távora (PDS-CE).

O Deputado Mauro Ribeiro estava no Instituto do Coração, em São Paulo, acompanhando um parente. Sua assinatura foi colhida de avião, assim como a de outro integrante do Centrão, localizado em uma praia do Sul.

O Governador de Goiás, Henrique Santilo, foi incansável: conseguiu as assinaturas de 12 integrantes da bancada do Estado, que tem 13 constituintes.

Às 19h15m, Luís Eduardo anunciou: — Agora só faltam quatro. Temos cerca de 15 assinaturas chegando de avião. Conseguimos.

O líder do PDT, Brandão Monteiro, e o Deputado José Genoíno (PT-SP) vão tentar anular, no plenário, as emendas apresentadas ontem, alegando que não foi cumprido o Regimento, que, segundo eles, previa o encerramento do prazo de entrega às 19h, e não à meia-noite, como foi decidido pela Mesa. O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, alegou que é prática no Legislativo encerrar prazos à meia-noite do último dia.



Iansen entrega sua emenda dos 5 anos

Iansen já festeja a vitória dos 5 anos

BRASÍLIA — "Já não tenho a menor dúvida na vitória do mandato de cinco anos". Entusiasmado, o Deputado Matheus Iansen comemorava ontem, como se já fosse o resultado da votação, a entrega de sua emenda com a assinatura de 317 parlamentares. Ela foi entregue às 19h40m e até o número do protocolo — 1525/5 — foi festejado pelos governistas.

— São todos múltiplos de cinco. Só vai dar cinco — brincou o Deputado Marcos Lima, coordenador, junto com o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, da mobilização para a coleta das assinaturas.

Matheus Iansen chegou à Secretaria da Mesa da Constituinte, no anexo II da Câmara dos Deputados, acompanhado do Líder do governo; do Líder do PFL, José Lourenço; do Senador Edison Lobão e dos Deputados Luiz Eduardo, filho do Ministro Antônio Carlos Magalhães, Marcos Lima e Milton Reis. O grupo não precisou ficar na fila de cerca de quarenta funcionários, que aguardavam sua vez para entregar as

emendas dos constituintes retardatários: foi prontamente atendido pelos funcionários, entre as luzes das máquinas fotográficas e câmeras de televisão.

Com uma frase de vinte palavras — "A primeira eleição para Presidente da República, após a promulgação desta Constituição, realizar-se-á no dia 15 de novembro de 1989" — a emenda Iansen pretende modificar a decisão da Comissão de Sistematização da Constituinte e garantir cinco anos de mandato para o Presidente Sarney. Ou, de acordo com a justificativa que acompanhou o texto da emenda, "assegurar ao atual Presidente a complementação, em lapso adequado, das medidas e tratativas políticas que vem liderando no processo de transição política por ele iniciado".

As 317 assinaturas de constituintes chegaram à Secretaria da Mesa em 60 folhas avulsas, muitas delas com apenas uma ou duas rubricas, resultado do trabalho de coleta dividido entre vários parlamentares e membros do Governo.

A relação completa das que assinaram a emenda Matheus Iansen está na página 6.

Só a maioria absoluta resolve

Alta e o nervosismo pela obtenção de 200 assinaturas para uma proposta justifica-se no artigo primeiro do novo Regimento Interno da Constituinte: somente a maioria absoluta da assembleia (200 constituintes) pode apresentar emendas substitutivas a títulos ou capítulos do projeto e ter para estas propostas preferência automática.

Preferência automática significa que a proposta será votada antes de todas as demais, sem necessidade de o plenário aprovar esta preferência e passando-se logo ao mérito da questão.

Além disso, se na votação deste tipo de matéria não for obtido o quorum de maioria absoluta, a votação será repetida na sessão seguinte, com 24 horas de intervalo entre uma e outra.

Grupo impede acordo sobre estabilidade ao vetar proposta

BRASÍLIA — O Centrão impediu ontem um acordo sobre a estabilidade no emprego ao vetar uma proposta elaborada por sindicalistas, representantes do "Grupo dos 32", "Centrão" e do próprio Centrão, onde estava prevista uma multa de 50% do FGTS nas demissões imotivadas ocorridas até a regulamentação da indenização compensatória.

Os líderes do grupo argumentaram que não podiam fechar o acordo sem saber do impacto desta retroatividade, já que a multa recairia sobre os contratos vigentes em primeiro de janeiro de 88. Mas concordaram em apresentar emendas individuais, o que possibilitará um acordo.

A proposta para o acordo representava uma fórmula intermediária entre o "Grupo dos 32" e o Centrão, com a estabilidade no emprego protegida contra demissão arbitrária através de indenização, mas definida em lei complementar. O veto ocorreu sobre o texto das Disposições Transitórias, que prevê uma indenização de 50% sobre o valor do FGTS — nas dispensas imotivadas.